O TURISMO E A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM DIAMANTINA – MG

Noara Silva Rabelo[1]
Ítalo Itamar Caixeiro Stephan[2]
Teresa Cristina de Almeida Faria[3]

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p52-83

[1] Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | E-mail: noara.rabelo@ufv.br. ORCID ID: https://orcid.org/0000-0003-3478-6657.
[2] Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo – USP (2006). Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. *E-mail: stephan@ufv.br*
[3] Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2004). Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. *E-mail: teresa.faria@ufv.br*

Resumo
A inscrição de Diamantina na lista do Patrimônio Cultural da UNESCO influenciou o crescimento do turismo, que impulsiona principalmente os setores de comércio. Entretanto, o turismo também tem aspectos negativos, sendo causa de segregação e gentrificação ao supervalorizar o espaço turístico. O presente trabalho analisa aspectos da realidade de Diamantina e objetiva traçar alguns pontos positivos e negativos do turismo e seus impactos sociais. Para isso, foram utilizados os métodos monográfico e observacional. O potencial turístico de Diamantina não deve ser ignorado, mas é preciso utilizar instrumentos de ordenação do espaço urbano e de controle da especulação imobiliária, para reduzir os seus impactos negativos.
Palavras-chave: Diamantina; Patrimônio Cultural; Segregação.

Abstract
Diamantina's inscription on the UNESCO Cultural Heritage list has influenced the growth of tourism, which mainly drives the commerce. However, tourism also has negative aspects, being a cause of segregation and gentrification, by overvaluing the tourism space. This paper analyzes current aspects of the reality of Diamantina and aims to indicate some positive and negative aspects of tourism, and its social impacts. In order to do that, it uses the monographic and observational methods. The tourist potential of Diamantina should not be ignored, but it is necessary to use urban space management and real estate speculation instruments to reduce its negative impacts.
Keywords: Diamantina; Cultural Heritage; Segregation.

Resumen
La inscripción de Diamantina en la lista del Patrimonio Cultural de la UNESCO ha influido en el crecimiento del turismo, que impulsa principalmente los sectores del comercio. Sin embargo, el turismo también tiene aspectos negativos, causando segregación y gentrificación al sobrevalorar el espacio turístico. El documento analiza aspectos de la realidad de Diamantina y tiene como objetivo rastrear algunos puntos positivos y negativos del turismo y sus impactos sociales. Utiliza los métodos monográficos y de observación. El potencial turístico de Diamantina no debe ser ignorado, pero es necesario utilizar la gestión del espacio urbano y los instrumentos de especulación inmobiliaria para reducir sus impactos negativos.
Palabras llave: Diamantina; Patrimonio Cultural; Segregación.

INTRODUÇÃO

Diamantina é um município do Estado de Minas Gerais com aproximadamente 48 mil habitantes (IBGE, 2017), conhecido por seu relevante patrimônio histórico e arquitetônico do período colonial construído nos séculos XVIII e XIX e na primeira metade do século XX. A cidade preserva tradições ligadas à religião, ao folclore e à música. Por essas razões, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade foi tombado em 1938, recebendo o título de Patrimônio Histórico Nacional pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, em 1999, a cidade foi considerada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que influenciou o crescimento do turismo no Município.

O turismo, por sua vez, pode gerar benefícios para a cidade, como a atração de renda e a geração de empregos, no entanto também recebe críticas relacionadas aos seus aspectos excludentes, podendo assim, por exemplo, ser um fator que segrega a população que reside fora do Centro Histórico[4], ou que não está incluída em suas atividades, e, portanto, não se beneficia do turismo. Também é comum que ocorra a supervalorização do espaço turístico. O presente trabalho concentra o estudo na atualidade de Diamantina e tem como objetivo apontar pontos positivos e negativos a respeito do turismo e de que modo ele pode influenciar a vida da população do Município, de modo a observar e atentar para os impactos sociais que ele causa. Para tal, serão consideradas tanto a população que desfruta do

[4] Centro Histórico é uma expressão utilizada para se referir à área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

turismo quanto aquela que trabalha e/ou reside no mesmo ambiente, bem como a que reside em áreas fora do Centro Histórico.

O embasamento teórico para a realização deste trabalho foi obtido através de pesquisas bibliográficas e documentais, análises de dados do Ministério do Turismo do Brasil e da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina. Também foi utilizado o método observacional (GIL, 2008), com percepção e registros em sítio dos fenômenos mencionados por meio de visitas à cidade de Diamantina.

A ATIVIDADE TURÍSTICA EM DIAMANTINA

O Centro Histórico de Diamantina foi tombado em âmbito federal em 1938. Ainda antes da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1999, com a queda da atividade mineradora na região, em Diamantina começou-se a pensar no investimento do turismo como uma nova forma de desenvolvimento para o município. Em 1977, foi criado o Circuito dos Diamantes[5]. No entanto, em Diamantina, o turismo ainda se limitava ao carnaval e a pequenos eventos, como os religiosos. No mesmo ano, foi criado o Instituto Estrada Real, com o objetivo de

[5] "O Circuito Turístico dos Diamantes tem como objetivo ordenar o turismo de acordo com a política de regionalização e descentralização adotada pelo Governo do Estado. [...] A descentralização da gestão utiliza-se de uma rede de parceiros na organização e na promoção da atividade turística regional, de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios para consolidar uma identidade regional" (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2019).

"organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real" (INSTITUTO ESTRADA REAL, 2019), com Diamantina fazendo parte do seu roteiro.

Em 2000, teve início o Programa Monumenta, de iniciativa do Ministério da Cultura. O objetivo do programa foi recuperar sítios históricos através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e assessoria técnica do IPHAN e da UNESCO. Em Diamantina, o programa restaurou a Igreja São Francisco de Assis, a Praça Barão de Guaicuí (praça do Mercado Municipal ou Mercado Velho) e a Cadeia Velha, onde atualmente funciona o Teatro Santa Isabel. O programa também ofereceu, por meio de linha de crédito federal, financiamento sem juros para obras de restauração de imóveis particulares, que deveria ser quitado em até vinte anos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Em estudo sobre a geração de empregos pelo turismo, Mendonça *et al* (2005, p.17) afirmam que, entre 2000 e 2005, o estoque total de empregos cresceu anualmente. Segundo a pesquisa, "antes do ano 2000 ocorriam mais demissões do que admissões. Quando Diamantina passou a ser Patrimônio Cultural o crescimento do estoque de empregos foi de 17% em relação ao ano de 2005". O turismo impulsiona principalmente os setores de comércio e serviço[6]. Em 2019, Diamantina

[6] "O setor comércio entre 1997 e 2005 teve seu estoque de empregos elevado em 39% e o setor Serviço cresceu o equivalente a 24%, ou seja, crescimento superior em relação ao estoque total. A partir do ano 2000, o crescimento do estoque de empregos cresceu 21% (Comércio) e 18% (Serviços) até o ano 2005. Os dois setores juntos respondem por 75% do estoque total de empregos em 2005 de acordo com o Perfil do Estabelecimento. Também foi possível constatar o crescimento dos empregos gerados a partir dos dados dos subsetores de

registrou junto à Prefeitura 34 opções de hospedagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2019). A Tabela 1 analisa os índices de competitividade[7] de 65 destinos turísticos no Brasil e demonstra que Diamantina encontrava-se acima da média geral em 2015. Isso comprova a relevância do Município nos destinos turísticos do País.

atividade econômica por estabelecimento (dados da RAIS). Entre 2001 e 2004, o subsetor Comércio Varejista cresceu 23%, o subsetor Serviços de Alojamento e Alimentação cresceu 25%. O crescimento destes dois subsetores foi superior ao crescimento do emprego total no mesmo período" (MENDONÇA *et al*, 2005, p. 17).

[7] Levantamento que visa refletir o estágio de desenvolvimento do destino de acordo com o conceito de que "competitividade é a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015, p. 4).

Dimensões	BRASIL			NÃO CAPITAIS			DIAMANTINA		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
ÍNDICE GERAL	58,8	59,5	60,0	53,1	53,4	53,8	59,0	59,6	62,4
INFRAESTRUTURA GERAL	68,6	68,2	67,7	63,8	62,5	61,8	80,2	80,7	82,9
ACESSO	62,6	62,2	61,9	53,8	52,4	52,4	64,3	62,7	62,4
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	56,8	58,7	59,0	48,1	49,6	49,5	52,9	48,7	53,3
ATRATIVOS TURÍSTICOS	63,2	63,4	63,2	63,4	62,8	62,6	57,8	57,3	59,2
MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO	46,8	48,4	48,5	44,4	45,7	45,0	58,8	60,7	62,7
POLÍTICAS PÚBLICAS	57,6	58,1	58,9	54,4	53,9	55,3	48,5	53,6	68,9
COOPERAÇÃO REGIONAL	44,6	48,3	50,0	44,9	49,3	51,7	62,1	72,7	74,8
MONITORAMENTO	37,4	36,2	36,3	31,9	30,7	30,4	31,7	28,1	35,5
ECONOMIA LOCAL	63,6	63,6	64,7	55,2	54,8	55,8	44,5	45,8	45,8
CAPACIDADE EMPRESARIAL	61,2	61,9	62,7	43,5	44,8	45,7	47,9	53,9	50,7
ASPECTOS SOCIAIS	59,4	59,7	60,5	56,7	56,8	57,9	64,7	61,0	60,0
ASPECTOS AMBIENTAIS	67,7	67,3	68,2	63,6	62,4	63,5	69,4	65,4	70,2
ASPECTOS CULTURAIS	58,2	62,0	64,0	52,4	55,6	57,6	68,7	75,7	77,8

Tabela 1: Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais
Fonte: Ministério do Turismo, 2015.

Para obtenção dos resultados, o Ministério do Turismo utilizou um instrumento de categorização "para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro". Essa classificação abrange a quantidade de estabelecimentos de hospedagem[8], a quantidade de empregos em estabelecimento de hospedagem e a quantidade estimada de visitantes domésticos e internacionais. A partir daí, classifica os Municípios em 5 grupos (A, B, C, D, E e F), sendo que a categoria A "representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem" (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018, p. 2-4). Diamantina é classificada, atualmente, como categoria B.

São atividades turísticas tradicionais em Diamantina as visitas a edificações de cunho histórico e político mais relevantes, como a Casa da Intendência, Casa do

[8] De acordo com o Ministério do Turismo (2018), apenas o setor de hospedagem foi utilizado, uma vez que "dentre as atividades características do turismo, o setor de hospedagem é o mais adequado, porque quase a totalidade dos que utilizam um hotel, por exemplo, são turistas. Quando se trabalha com outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada, não retratando uma correspondência mais direta com o turismo".

Contrato, Mercado, Igrejas, Biblioteca Pública[9], Casa da Chica da Silva, Casa do ex-presidente JK, entre outras. Há também os eventos culturais, religiosos e manifestações artísticas da cidade. Vale destacar as atividades musicais e gastronômicas no Mercado Municipal, serestas e vendas de quitanda no Beco da Tecla (Figura 1).

[9] Trata-se de construção remanescente do período colonial mineiro, na segunda metade do século XVIII, cuja singularidade é marcada pela presença do muxarabi (ou muxarabiê). Construído para fins residenciais à época, o casarão foi adquirido e restaurado pelo IPHAN na década de 50, passando a abrigar a Biblioteca Municipal. Situada na Rua da Quitanda, área central de Diamantina, conhecida também como Casa do Muxarabi, integra-se de forma harmônica no conjunto de edificações do trecho da rua (IPATRIMÔNIO, 2019).

Figura 1 Sequência de edificações do Centro Histórico de Diamantina, MG
Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Figura 2
Vesperata: evento cultural de Diamantina. 2018.
Fonte: Acervo pessoal dos autores

A "Vesperata", evento cultural de destaque na cidade, é uma apresentação realizada na Rua da Quitanda, com "a disposição dos músicos das bandas diamantinenses

orquestradas nas sacadas dos prédios [...], com a regência alternada de maestros posicionados em um tablado no centro da referida rua" (Figura 2). Esse evento pode ser considerado elitizado, uma vez que a rua é cercada para receber apenas as pessoas que pagam pela mesa e é administrado pelos bares circundantes, para assistirem à apresentação. Essa prática é autorizada pela Lei que trata da "Vesperata", que também veda a comercialização de artesanatos dentro do que denomina "perímetro da 'Vesperata'" (CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA, 2016). Todavia, a festividade é a mais celebrada pela cidade e atrai muitas pessoas ao longo de sua temporada, que ocorre de abril a outubro, aquecendo o setor turístico.

Conforme pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Diamantina (2018), através da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio[10], as motivações de visita mencionadas pelos turistas entrevistados são, em ordem de destaque, cultura e arquitetura, que somadas contemplam 45% das menções, seguidas pelo tradicional evento Vesperata, que representa pelo menos 12% do total das motivações, o que denota um caráter cultural da cidade. Vale ressaltar que, em segundo lugar de destaque, pelo menos 14% das visitas são pela motivação de visita a "parentes e amigos". Neste caso, é provável que a porcentagem seja alta em razão do número de alunos que moram na cidade e estudam na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A UFVJM oferece, em Diamantina, 27 cursos

[10] Dados adquiridos das Pesquisas de Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região (PDTD), realizadas entre 2009 e 2014 pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

presenciais de graduação, com 4.860 alunos matriculados, e 15 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com 388 alunos. Segundo dados de 2014, há 433 professores, 303 servidores técnicos administrativos e 332 trabalhadores terceirizados (UFVJM, 2019).

ASPECTOS EXCLUDENTES DECORRENTES DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é responsável pela geração de empregos e renda para a cidade, mas pode também apresentar aspectos excludentes. A fim de verificar as consequências que os efeitos negativos do turismo podem gerar entre os habitantes do Centro, e também das demais áreas do Município, é importante registrar algumas características inerentes ao fenômeno turístico.

De acordo com Simão (2013, p. 85), o "sucesso" do turismo, que melhora as condições de vida dos habitantes do local, "num processo de ampla preservação dos valores culturais e ambientais e na satisfação irrestrita dos turistas", depende de como ele é gerido. Ao mesmo tempo em que o turismo pode ser muito benéfico, também pode se tornar um grande problema, piorando a qualidade de vida dos habitantes que residem onde ele é explorado, até mesmo com a "expulsão da população local, na destruição ou alteração da cultura local e do ambiente e na não fixação do turista no local" (SIMÃO, 2013, p. 85). Para o mesmo autor, o turismo deve ser visto como um fenômeno social de grande interferência em vários setores, tais como a economia, a política, a cultura, o meio ambiente. Desse modo, cabe ao Poder Público Municipal elaborar um planejamento "eficiente, participativo,

dinâmico e democrático, proporcionando à cidade o controle sobre a atividade turística". Caso o turismo não seja capaz de oferecer vantagens aos habitantes, como geração de empregos e renda, não deve ser encorajado, sob pena de se criar um "ambiente de exploração econômica" (SIMÃO, 2013, p.86).

Segundo a crítica de Silva e Sant'anna (2014, p. 671), em Diamantina "o desenvolvimento da atividade turística ocorreu de forma improvisada, sem um trabalho de conscientização e educação que pudesse garantir a migração e a inserção dos trabalhadores garimpeiros", que, após o declínio das atividades dos garimpos, precisavam de novas oportunidades de trabalho. Em razão disso, "parte da população diamantinense não se identifica com o turismo, não participa do seu processo [...] e fica marginal às possibilidades que ele oferece" (SILVA; SANT'ANNA, 2014, p. 671). Assim, sem a interação dos habitantes da cidade e sem se criar uma cultura para o turismo, torna-se mais difícil a sua consolidação. Dessa forma, o patrimônio preservado, fomentador do turismo, torna-se também responsável por criar "um belo espaço devidamente conservado, mas que carece de simbologia e de afetividade e que, portanto, não funciona como um lugar de encontro e de trocas de experiências" (CIVALE, 2015, p. 143).

Mais críticas podem ser encontradas em Coriolano, Barbosa e Sampaio (2010, p. 45), que ressaltam o cerne da ética burguesa existente no turismo, que tem "base urbana, elitista e consumista". Para as autoras, deve-se considerar a nítida contradição entre aqueles que desfrutam do turismo daqueles que trabalham e/ou residem no mesmo ambiente. Os espaços turísticos tendem a ser supervalorizados em decorrência da sua mercantilização, pois ali se encontram turistas que buscam por melhores condições de hospedagem, bons restaurantes e atividades de lazer. Assim "o turismo produz 'ilhas de prosperidade' em conflito com espaços marginais,

fazendo emergir contradições, as mais diversas, especialmente de ordem espacial, social, cultural e econômica" (CARIOLANO; BARBOSA; SAMPAIO, 2010, p. 45). Conforme considera Rodrigues (2001, p.56), o turismo é uma mercadoria "cujo mercado consumidor é o turista" ou aqueles mais economicamente favorecidos que possuem condições de arcar com os altos custos oferecido pelo turismo; e "esta mercadoria [turismo] consome o espaço e caracteriza-se pelo uso 'efêmero do território' em processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização".

No Centro Histórico de Diamantina, as edificações coloniais passaram a ter o seu valor de uso (residencial unifamiliar em geral) reduzido, e o valor de troca (aluguel ou venda) do imóvel para comércio e prestação de serviços ganhou força e expressividade (CORRÊA, 2012). Em alguns casos, em razão do custo oneroso de manutenção dos imóveis, os proprietários não conseguem arcar com tais despesas. Dessa forma, o uso do espaço passa a ter outras funções após serem vendidos pelos moradores, caracterizando, portanto, o Centro Histórico como um local essencialmente turístico e comercial. Pode acontecer, por exemplo, a transformação dos antigos imóveis em hotéis, centros culturais, restaurantes, lojas de lembranças (LEITE, 2013; VERGARA-CONSTELA e CASELLAS, 2016).

A valorização da área tombada fomenta a especulação imobiliária, portanto os processos de valorização e especulação imobiliária tendem a tornar os imóveis de áreas de interesse turístico financeiramente inacessíveis para a população de menor renda (BEAUREGARD, 1985; BÓGUS; SOUSA, 2016; LEES; SLATER; WYLY, 2007). De acordo com Gottdiener e Hutchison (2010), Smith (2005) e Zukin (1987), a gentrificação se traduz em uma substituição de moradores de menores padrões socioeconômicos por outros de maiores ingressos e/ou capacidade de consumo. Dessa forma, a população economicamente menos favorecida é "forçada" a se

deslocar para fora do Centro Histórico e, em muitos casos, ocuparem bairros desvalorizados ou irregulares.

Na expansão oeste de Diamantina, identifica-se a presença de investimentos imobiliários no setor de habitação de alto valor, mas o valor do metro quadrado desses locais ainda é bem inferior aos valores praticados no Centro Histórico. De acordo com as imobiliárias Solar (2019) e Sentinela Imóveis (2019), o valor do lote no ano de 2019 nos bairros Taj Mahal e Vale dos Diamantes, por exemplo, situados nesse eixo, era similar ao de alguns bairros situados em uma região mais próxima ao centro, como o bairro Jardim Imperial e bairro Fátima, ambos de média-alta renda. Os valores de compra dos lotes no Taj Mahal são em torno de R$300,00 por metro quadrado, com lotes de 1.000 metros quadrados; no Jardim Imperial o valor é cerca de R$250,00 por metro quadrado, com área de 300 a 400 metros quadrados.

Em relação ao Centro, os valores variam entre R$1.000,00 e R$3.000,00 por metro quadrado, já com a edificação de área entre 90 e 400 metros quadrados. O valor do aluguel nestes bairros também é similar: nos bairros Fátima e Jardim Imperial[11], o aluguel de um apartamento de 2 quartos é em torno de R$1.000,00, bem como o valor de aluguel de uma casa de 2 quartos no Centro. Os bairros citados neste parágrafo são os de mais alto padrão em Diamantina.

[11] Uma pequena parcela do bairro Fátima está inserida no perímetro do Centro Histórico, e o bairro Jardim imperial está situado a 2 km do Centro Histórico.

A expansão de novas áreas de Diamantina, no entanto, apresenta certa precarização, como irregularidades perante a legislação urbana na qual se apresentam bairros sem infraestrutura adequada e edificações em condições precárias. A expansão urbana na região nordeste de Diamantina é mais difícil em razão do relevo mais íngreme e de áreas de preservação permanente (APP). Na extremidade sudeste, região dos bairros Palha e Maria Orminda, a via de acesso para as cidades Milho Verde e Extração (antiga estrada de ligação ao Serro) induz as ocupações que, assim como a Leste, região do Bairro Rio Grande, possuem uma concentração maior da população de baixa renda e edificações de baixo padrão e aspecto construtivo precário (Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada.), bem como ocupações irregulares ao contorno do perímetro urbano, onde a Serra dos Cristais cria uma barreira natural. A expansão urbana na Serra dos Cristais, em razão do seu tombamento pelo IEPHA, enfrenta uma situação delicada devido a ocupações irregulares. Apesar do obstáculo imposto pelo tombamento, pelo menos nos últimos vinte anos, o aparecimento de ocupações (irregulares do ponto de vista ambiental e patrimonial) expande a cidade para as encostas dos morros pelos bairros Rio Grande, Jardim e Maria Orminda (TECHNUM CONSULTORIA, 2009).

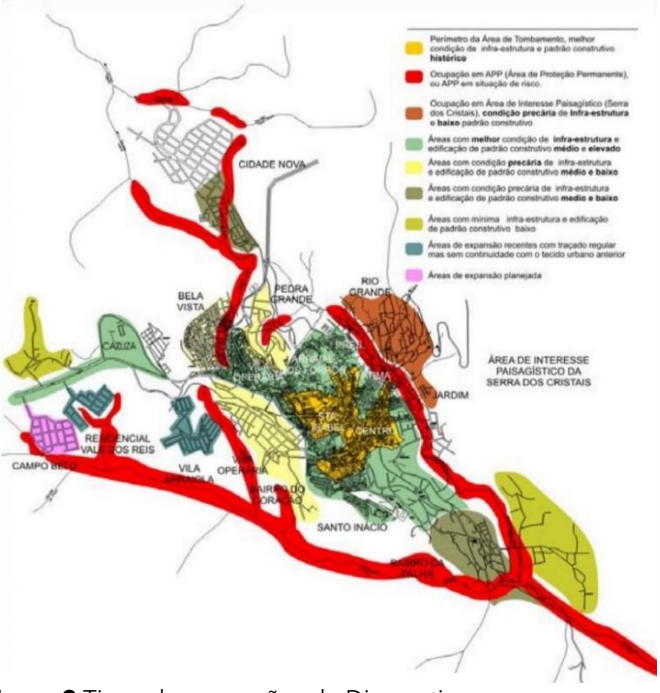

Figura 3 Tipos de ocupações de Diamantina
Fonte: TECHNUM CONSULTORIA, 2009

Figura 4
Edificações do Bairro Maria Orminda (edificações de baixo padrão e aspecto construtivo precário)
Fonte: Acervo pessoal dos autores

Crispim (1998) lembra que o turismo pode alterar a dinâmica de um local, pois o espaço acaba se organizando e se reestruturando em função desta atividade. Esse processo pode trazer consigo a segregação da população segundo seu poder aquisitivo, uma vez que a população mais pobre não consegue mais arcar com os preços da terra nessas regiões valorizadas pelo e para o turismo. Ademais, taxas e impostos nesses locais são aumentados, a fim de manter a instalação de serviços públicos voltados para a infraestrutura, como obras de urbanização, paisagismo e serviços de apoio ao turismo. Esses serviços não são distribuídos espacialmente de forma equitativa e uniforme, mas, sim, concentrados em determinadas áreas, inviabilizando parte da população de usufruir tais benefícios (PEARCE, 2001; RODRIGUES, 2001). Conforme afirmou Pearce (2001), quanto à distribuição de serviços públicos e investimentos em infraestrutura turística em Diamantina, esta não ocorre espacialmente de forma equitativa e uniforme, mas concentra-se na área central. Por um lado, tem-se o Centro da cidade, onde está grande parte dos atrativos históricos e se concentram atividades comerciais, culturais e turísticas, e, por outro lado, uma periferia precária e negligenciada em relação à região central.

Figura 5
Vista do Bairro Rio Grande situado na periferia de Diamantina, MG
Fonte: Acerbo pessoal dos autores

Figura 6
Sequência de edificações do Bairro Rio Grande, na região da Serra dos Cristais, situado na periferia de Diamantina, MG
Fonte: Acervo pessoal dos autores

Segundo Rufino (2016, p. 218), a produção imobiliária concentrada principalmente nas áreas centrais de uma cidade "tendeu a reforçar a dicotomia entre centro equipado e territórios precariamente ocupados. Esses territórios precários

contrastavam e valorizavam ainda mais os espaços mais bem servidos e mais equipados". Esse cenário "explicitava diferenças e levava a cidade a um rápido processo de expansão, pautado por baixa densidade e informalidade nas construções" (RUFINO, 2016, p. 218). Portanto, é possível confirmar a afirmação de Crispim (1998), que diz que o turismo pode alterar a dinâmica de um local, uma vez que o espaço acaba se organizando e reestruturando em função desta atividade, ocasionando desigualdades territoriais e um processo de especulação imobiliária e, consequentemente, um processo de segregação social da população. Essa dinâmica ocorre em Diamantina e pode ser vista nas condições precárias da periferia, sobretudo quando comparadas ao Centro Histórico que concentra a atividade turística.

MacCannel e Lippard (1999, p. 50, tradução nossa) trazem a questão da segregação espacial com conceitos análogos, como "regiões de frente", "regiões de fundo", "palco" e "bastidores", e colocam que "frequentemente uma estrutura urbana inteira está operando atrás de sua fachada turística". As regiões de frente, são as que estão aptas a receber o visitante/ turista, enquanto as regiões de fundo são aquelas restritas aos residentes e trabalhadores. MacCannel e Lippard explicam que os turistas podem adentrar nas regiões dos "bastidores" buscando conhecer a realidade da cidade, ou apenas para conhecer o que ocorre "por trás da cena". Pode-se observar, de acordo com os autores, que o turista diferencia o cenário turístico das atividades que não lhes são direcionadas.

É possível afirmar que o turismo pode ser causa e/ou consequência da segregação, tornando-se, portanto, uma questão a ser tratada por um processo de planejamento urbano e planejamento turístico, por exemplo. Segundo Roscoche (2014), o turismo é uma atividade, em muitos casos, responsável pela organização e utilização do

espaço. Assim, é necessário que este não seja uma causa de desigualdades, mas que proporcione benefícios em sua totalidade. A organização do território em sua totalidade deve ser usada de forma a alcançar uma situação social mais igualitária, pois as desigualdades sociais podem ser, em muitos casos, desigualdades territoriais (SANTOS, 2007). Em Diamantina a desigualdade territorial é facilmente observada pelo visitante que sai dos limites do tombamento em direção às áreas periféricas.

Portanto, "é preciso, por um lado, atender aos interesses econômicos e, por outro, proporcionar um crescimento urbano de forma mais equilibrada e sustentável. Os interesses imobiliários e o crescimento desordenado não podem superar a função social da propriedade" (LEIVA *et al.*, 2015, p. 154). Nesse sentido, de acordo com Souza, Faria e Stephan (2015), a formação socioespacial, a regulação urbanística e a preservação do patrimônio edificado estão relacionadas entre si. Harvey (2014) descreve que essa desproporcionalidade do desenvolvimento urbano pautado por diferenças sociais de classe constitui, de fato, um problema global. O autor também coloca que lidar com esse tipo de situação se transforma num grande problema político.

Em Diamantina, o primeiro Plano Diretor foi aprovado em 1999, antes de o Estatuto da Cidade entrar em vigor. É perceptível na introdução do Plano, em que se enfatiza que "Diamantina está a um passo de conquistar o seu reconhecimento internacional pela UNESCO", que a maior preocupação na elaboração deste estava voltada para o Centro Histórico. A elaboração do Plano Diretor era parte das exigências da UNESCO para conferir o título de Patrimônio da Humanidade ao Centro Histórico de Diamantina, assim, o Plano prescreveu a forma do ordenamento da ocupação e do uso do solo urbano em suas diretrizes e no zoneamento, mas é clara a ênfase

dada ao Centro Histórico. As leis mais relevantes, e que se apresentam como grandes facilitadoras para se alcançar os objetivos da Constituição Federal de 1988, só foram editadas em Diamantina muitos anos depois. O Plano Diretor de Diamantina de 1999 só foi revisto em 2011, anunciando uma desconfiança a respeito da vontade do Poder Público na organização do espaço urbano em Diamantina pela demora na edição de suas leis de política urbana. A falta de regulamentação, fiscalização e participação popular na tomada de decisões são grandes indícios da responsabilidade do Poder Público municipal no crescimento irregular e desigual de Diamantina.

A "produção" e, consequentemente, a "reprodução do espaço", que está relacionada com as questões de expansão urbana, baseiam-se na expansão do desempenho capitalista, fazendo parte do processo de globalização. Isso possibilita compreender a "redefinição da cidade e da urbanização, de sua explosão, da extensão de periferias; enfim, da construção de um novo espaço" (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 13). Nesse sentido, de acordo com esses autores, pode-se questionar o papel da participação e intervenção do Estado, a partir dos seus interesses que, muitas vezes, são divergentes e contraditórios aos interesses da população. Portanto, pode-se perceber a importância da participação popular no processo de planejamento e gestão da cidade. Os autores observam a importância de práticas que resistem ao processo de acumulação capitalista e sugerem "um movimento que revele o sentido e o fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo 'direito à cidade'" (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011, p. 13).

Somente através de uma ampla participação popular nas decisões referentes aos rumos da cidade, que deve ser garantida pelo Estado, será possível viabilizar que a

propriedade cumpra a sua função social, sobrepondo os interesses sociais aos individuais, e assim cumprindo o seu destino econômico, produtivo, útil, de atendimento à coletividade (BRASIL, 1988). Somente a partir de uma distribuição mais igualitária dos benefícios do turismo entre os moradores da cidade é que se atenderá o que prescreve a Constituição Federal, ao estabelecer o princípio da igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação das atividades turísticas em Diamantina, em razão de sua importância histórica e cultural, trouxe consigo um processo de valorização das propriedades do Centro Histórico e do entorno imediato. As atividades econômicas desenvolvidas em razão do turismo não são de todo inclusivas, deixando de fora parte da população.

Com a valorização do Centro Histórico, a população busca áreas que atendam às suas condições financeiras, localizadas em subúrbios ou regiões desvalorizadas com infraestrutura precária e moradia em situação irregular. Embora algumas áreas não sejam passíveis de urbanização devido à topografia acidentada ou à presença de elementos hídricos, essas restrições não foram obstáculos para conter a ocupação, como aconteceu de forma irregular na Serra dos Cristais.

É visível a importância do papel do turismo em Diamantina, no entanto, é preciso utilizar instrumentos de ordenação do espaço e controle da especulação imobiliária de modo que reduzam os impactos da gentrificação e da segregação social sobre

o espaço urbano. Os problemas resultantes da especulação imobiliária são colhidos por toda a população, em diferentes formas.

A indústria do turismo apresenta distintas facetas. De um lado, é boa para a economia local, pois gera emprego e renda para os habitantes e movimenta a economia municipal, por outro lado, pode promover desigualdades. O que se defende não é abrir mão do potencial turístico nem isolar os locais para não sofrer os impactos desta atividade, mas ampliar o debate e a aplicação de políticas urbanas para tentar minimizar os aspectos negativos e para democratizar os positivos.

REFERÊNCIAS

BEAUREGARD, Robert A. Politics, Ideology and Theories of Gentrification. **Journal of Urban Affairs**, [*S.l.*], v. 7, n. 4, p. 51-62, 1985.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; SOUSA, António Miguel Lopes de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 845-861, set. /dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Lei nº 3.935, de 12 de setembro de 2016**. Dispõe sobre os eventos "Vesperata" e "Seresta" no Município de Diamantina e dá outras providências. Diamantina, MG, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.25, n.44, 2015.
CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; BARBOSA, Luciana Maciel; SAMPAIO, Camila Freire. Veraneio, Turismo e Especulação Imobiliária no Porto das Dunas – Litoral Cearense. **Aportes y Transferencias/ Tiempo Libre:** Turismo y Recreación, [*S.l.*] a.14, v.1, p.42-58, 2010.
CORRÊA, Rafaele Bogatzky Ribeiro. **O processo de formação de uma nova centralidade urbana em Diamantina:** o caso do distrito de Guinda. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.
CRISPIM, L. de O. O parque temático Beto Carreiro World no contexto do turismo com base local. *In*: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org.). **Turismo com Ética**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 390-398.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOTTDIENER, Mark.; HUTCHISON, Ray. The new urban sociology. 4. ed. [*S.l.*]: Hachette UK, 2010.
HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. [*S.l.: s.n.*], 2014.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diamantina**. 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Institucional**. Disponível em: http://www.institutoestradareal.com.br. Acesso em: 01 jul. 2019.
IPATRIMÔNIO. **Diamantina – Casa Muxarabi**. 2019. Disponível em: http://www.ipatrimonio.org/?p=19715#!/map=38329&loc=-18.245229999999992,-43.596816000000004,17. Acesso em: 08 jul. 2019.
LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvim. **Gentrification**. [*S.l.*]: Routledge, 2007.
LEITE, Rogério Proença. **Consuming heritage**. Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology, [*S.l.*], v.10, n.1, p. 165-189, 2013.
LEIVA, Guilherme; SATHLER, Douglas dos Reis; SILVA, Fabiana; PAIVA, Júlio César Tavares de. Análise da área de expansão urbana do município de Diamantina. *In*: SATHLER, Douglas; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; VARAJÃO, Guilherme Fortes Drummond Chicarino (org.). **Cidades médias**: bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina, MG. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
MACCANNELL, Dean; LIPPARD, Lucy R. **The tourist**: a new theory of the leisure class. Berkeley: University Of California Press, 1999.
MENDONÇA, Marcelo Pereira de *et al*. **Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina**: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.
MINISTÉRIO DA CULTURA. **Monumenta**. Diamantina: Ministério da Cultura, 2010.
MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**: perguntas e respostas. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2018.
_____. **Índice de competitividade do turismo nacional**. Brasília: Ministério do Turismo; Sebrae Nacional; FGV, 2015.
PEARCE, Douglas. Un Esquema Integrador para la investigacion del turismo urbano. **Annals of Tourism Research en Espanhol**. [*S.l.*]: Universitat de les Illes Balears, v. 3, n. 2, p. 340-363, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA. **Demanda Turística de Diamantina**. Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio. 2018.

_____. **O Município**. 2019. Disponível em: http://diamantina.mg.gov.br/a-prefeitura/estrutura/. Acesso em: 01 jul. 2019.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. *In*: RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 147-162.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. Turismo urbano e a segregação socioespacial: revisitando problemáticas. **OKARA**: Geografia em debate, [*S.l.*], v. 8, n. 1, p. 3-20, 2014.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metrópole**, [*S.l.*], v. 18, n. 35, p. 217-236, 2016.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2007.

SENTINELA IMÓVEIS. Imóveis em Diamantina. *In:* Galax Imóveis. 2019. Disponível em: http://www.galaximoveis.com.br/buscar-imoveis/todos-tipos/mg/diamantina/todos-bairros/0/1/53/0/40/mais-favoritados/0/0/0/-/0-0. Acesso em: 17 jul. 2019.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SMITH, Neil. **The new urban frontier**: Gentrification and the revanchist city. London; New York: Routledge, 2005.

IMOBILIÁRIA SOLAR. **Pesquisa de lotes para venda**. 2019. Disponível em: https://imobiliariasolar.com/#. Acesso em: 10 jul. 2019.

SOUZA, Kelly Diniz de; FARIA, Teresa Cristina de Almeida; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. Processo de Formação Socioespacial de Pequenas Cidades: o caso de Serro. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 141, jan./fev. 2015.

UFVJM - UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI **UFVJM em Números**. Dados Gerais. 2019. Disponível em: http://www.ufvjm.edu.br/numeros/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=2. Acesso em: 11 ago. 2019.

VERGARA-CONSTELA, Carlos; CASELLAS, Antonia. Políticas estatales y transformación urbana: ¿hacia un proceso de gentrificación en Valparaíso, Chile. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 123-144, 2016.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. **Annual review of sociology**, [*S.l.*], v. 13, n. 1, p.129-147, 1987.